



Seção Dossiê

Identidade, Poder e Produção de Conhecimento no Pentecostalismo



A Influência Evangélica nas Eleições Presidenciais de 2018 no Brasil¹

The Evangelical Influence in the 2018 Presidential Elections in Brazil

David Mesquiati de Oliveira

Doutor em Teologia, docente do PPGPCR-FUV

Resumo: Análise da influência do segmento pentecostal nas eleições presidenciais de 2018, em que esse grupo religioso emergiu como um ator político importante. Investiga como as instituições pentecostais e seus líderes mobilizaram suas bases para apoiar Jair Bolsonaro, utilizando discursos morais, estratégias de engajamento e plataformas digitais. A hipótese é que a agenda política das elites pentecostais se consolidou nas últimas décadas e encontrou, na candidatura de Bolsonaro, uma oportunidade para ampliar sua influência sobre pautas nacionais e corporativas. A metodologia é qualitativa, a partir do conceito de representação (Chartier) e memória coletiva (Halbwachs e Ricoeur). Os resultados indicam que os pentecostais desempenharam um papel crucial na polarização eleitoral e na disseminação de narrativas conservadoras, fortalecendo a presença das igrejas na política. Embora o voto evangélico não seja homogêneo, a instrumentalização da religião na política neste pleito estabeleceu um precedente significativo para futuras eleições, desafiando a laicidade do Estado e contribuindo para o acirramento das disputas ideológicas no Brasil.

Palavras-chave: Pentecostalismo. Política Brasileira. Eleições 2018.

Abstract: This article analyzes the influence of the Pentecostal-Evangelical segment on Brazilian politics, focusing on the 2018 presidential elections, in which this religious group emerged as a central political actor. The study investigates how Pentecostal institutions and their leaders mobilized their bases to support Jair Bolsonaro, utilizing moral discourses, engagement strategies, and digital platforms. The central hypothesis is that the political agenda of Pentecostal elites has consolidated over the past decades and found, in Bolsonaro's candidacy, an opportunity to expand their influence on national issues. The methodology is qualitative, based on the concepts of representation by Chartier and collective memory by Halbwachs and Ricoeur. The results indicate that Pentecostals played a crucial role in electoral polarization and the dissemination of conservative narratives, strengthening the presence of churches in institutional politics. Although the evangelical vote is not homogeneous, the instrumentalization of religion in this election established a significant precedent for future elections, challenging the secularism of the state and contributing to the intensification of ideological disputes in Brazil.

Keywords: Pentecostalism; Brazilian Politics; 2018 Elections.

Recebido em: 12 ago. 2024 Aprovado em: 20 nov. 2024

¹ Parte da pesquisa de Bolsa Pesquisador Capixaba – BPC da FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo), Edital N° 03/2023, N° 609/2023, P 2023-GBK16. Um texto inicial foi apresentado como comunicação no I Encontro de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, ocorrido entre 22 e 25 de agosto de 2023 e publicada uma versão em Oliveira, 2023.

Introdução

A relação entre religião e política no Brasil tem sido um tema de grande relevância, especialmente no contexto das eleições presidenciais de 2018, quando o segmento evangélico, particularmente os pentecostais, emergiu como um ator político de grande influência. Historicamente, a política brasileira sempre foi marcada pela presença da Igreja Católica, mas nas últimas décadas, os grupos evangélicos têm assumido um papel de destaque, organizando-se institucionalmente para influenciar decisões legislativas e executivas.

Este artigo busca analisar a participação do segmento pentecostal na política brasileira, com foco nas eleições presidenciais de 2018, investigando as estratégias de mobilização, o uso das redes sociais e a convergência de valores entre os pentecostais e o então candidato Jair Bolsonaro. Para tanto, utilizamos como base teórica os conceitos de representação (Chartier, 1990; 1991; 2002) e memória coletiva (Halbwachs, 1990; Ricoeur, 2007), que permitem compreender como esse grupo religioso construiu sua identidade política e a projetou no espaço público. Neste artigo, convergimos a atuação do pentecostais integrada a dos evangélicos. Estamos cientes das especificidades dos distintos pentecostalismos e dos vários segmentos ditos evangélicos, mas em relação à atuação política, é possível perceber mais congruências que divergências de ação.

A influência dos pentecostais na política não se restringiu ao apoio à candidatura do Bolsonaro, mas refletiu uma estrutura de poder consolidada ao longo das últimas décadas. Desde a formação da Frente Parlamentar Evangélica até o uso sistemático das igrejas como palanques eleitorais, observa-se um crescente protagonismo desse grupo na arena política. O artigo está estruturado em três seções principais. Na primeira, discutimos a construção da identidade política dos pentecostais a partir do conceito de representação. Na segunda, analisamos o apoio dos pentecostais a Bolsonaro, destacando os fatores que motivaram essa aliança e suas implicações políticas. Por fim, a terceira seção amplia essa discussão, abordando a dinâmica de mobilização política, o impacto das redes sociais e a diversidade dentro do próprio segmento evangélico.

A compreensão desse fenômeno é essencial para avaliar não apenas o impacto das eleições de 2018, mas também as tendências políticas futuras no Brasil. A instrumentalização política da religião, os desafios para a laicidade do Estado e a crescente polarização são questões centrais que emergem desse estudo e que continuarão a influenciar a democracia brasileira nos próximos anos.

1. Representações Pentecostais e a Construção da Memória Política

O conceito de representação, tal como abordado por Roger Chartier (1990, 1991, 2002), oferece uma lente analítica valiosa para compreender a participação dos pentecostais na política brasileira. Chartier explora como as identidades individuais e coletivas são construídas e representadas em diferentes contextos culturais e sociais, definindo representação como a "descrição das percepções, das representações e das racionalidades dos atores" (Chartier, 2002, p. 10). Ao aplicar esse conceito aos pentecostais na política, podemos analisar como eles constroem e projetam sua identidade religiosa e como essa identidade é traduzida na esfera política.

Chartier compreende as representações como construções sociais das experiências históricas, em que os indivíduos e os grupos projetam suas visões de mundo. O objetivo é "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (Chartier, 1991, p. 17). E essa representação tem sempre duplo sentido:

[...] por um lado a representação como dando a ver uma coisa ausente o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro a representação como exibição de uma presença como apresentação pública de algo ou alguém (Chartier, 1990, p. 20).

Os pentecostais, como parte de um grupo religioso distinto, possuem características culturais e valores específicos que moldam sua identidade. A fé pentecostal é frequentemente caracterizada por crenças fervorosas, experiências espirituais intensas e a luta por uma configuração de um novo mundo, "convertido", sacralizado, sob influência direta do divino. Essa identidade religiosa a partir do êxtase pode se refletir em sua participação política, influenciando as preferências políticas, como a escolha de candidatos nas eleições. Nas sociedades modernas, tais decisões são consideradas a partir de uma racionalidade calculista, considerando elementos científicos e reflexão. Para os religiosos, e em especial para os pentecostais, o mundo é experimentado a partir do êxtase religioso estendido, indo além dos templos e práticas tipicamente religiosas (Oliveira; Terra, 2018).

No contexto político, os pentecostais frequentemente buscam representar essa identidade religiosa por meio de suas ações e discursos. Durante as eleições, suas lideranças podem utilizar plataformas como discursos públicos, redes sociais e púlpitos das igrejas para articular posições políticas que estejam alinhadas com suas crenças religiosas ou preferências ideológicas. Ao fazer isso, estão construindo uma representação política que reflete sua identidade religiosa, abordando questões que são importantes dentro da perspectiva pentecostal (Oliveira, 2019).

A representação política dos pentecostais também pode envolver a busca por candidatos que compartilhem valores e pautas conservadoras que são centrais para sua identidade religiosa, ainda que meramente no discurso. Por exemplo, candidatos que se posicionam contra o aborto e a favor da "família tradicional" (heteronormativa) podem atrair o apoio dos pentecostais, já que essas questões estão superficialmente alinhadas com suas crenças.

A representação dos pentecostais na política pode envolver a formação de grupos de pressão, como a Frente Parlamentar Evangélica, que atua em prol de pautas e valores compartilhados por esse grupo religioso. Essa atuação coletiva visa garantir que a identidade pentecostal seja representada e defendida nos espaços de decisão política (Baptista, 2009).

A representação de mundo deste grupo molda sua participação na política brasileira e se conecta com outras representações que se sentem ameaçadas diante dos avanços democráticos e de direitos da sociedade. O resultado é a tradução dessa

identidade religiosa em ações políticas e escolhas eleitorais militantes. Através da construção de uma representação política que reflete seus valores e crenças, os pentecostais buscam influenciar as políticas públicas e a direção do país de acordo com suas perspectivas religiosas e medos.

Um segundo conceito fundamental nessa articulação é o de memória. Como bem apontou Paul Ricoeur (2007), há uma relação de complementaridade entre memória e história, em que a história pode ser vista como alimento da memória e vice-versa. Nesse sentido, o historiador não se limita ao estabelecimento dos fatos, mas fazer história consiste em construir, fabricar, “criar”. A memória coletiva, conforme elaborada por Maurice Halbwachs (1990), desempenha um papel crucial na coesão e na identidade de grupos sociais.

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1990, p. 26)

A memória desempenha um papel importante na compreensão da participação dos pentecostais na política, permitindo uma análise mais profunda das motivações individuais e coletivas que moldam suas ações políticas e sua influência na esfera pública. A memória coletiva do movimento pentecostal, suas origens, líderes e momentos marcantes, molda a identidade desse grupo religioso. Essa memória incide na maneira como os pentecostais se percebem no contexto político, reforçando suas crenças e valores. A memória também pode ser usada como uma base para ação política, mobilizando eventos passados e narrativas de perseguição religiosa para justificar posições políticas e defender valores conservadores. Nesta linha,

[...] por analogia unicamente, e em relação à consciência individual e a sua memória, que se toma a memória coletiva por uma coletânea dos traços deixados pelos acontecimentos que afetaram o curso da história dos grupos referidos e a quem se reconhece o poder de trazer à tona essas lembranças em comum por ocasião de festas, de ritos, de celebrações políticas (Ricoeur, 2007, p. 145)

Em relação à política, a memória e a subjetividade dos pentecostais podem se combinar para influenciar suas escolhas eleitorais, o apoio a determinados candidatos e a defesa de pautas conservadoras. O estudo desses conceitos no contexto político permite uma análise mais abrangente das motivações individuais e coletivas que impulsionam a participação pentecostal na política, revelando os laços complexos entre religião, identidade e ação política. A subjetividade, conforme explorada por Henri Bergson (1999), adiciona uma camada de complexidade à análise, ao destacar a

importância das experiências individuais e das emoções na formação das opiniões políticas.

2. O Apoio Pentecostal a Bolsonaro em 2018: Representações, Memória e Identidade Política

O apoio expressivo de parcela significativa dos pentecostais ao então candidato Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 configurou-se como um fenômeno de grande relevância para a compreensão da intrincada relação entre religião, política e sociedade no Brasil contemporâneo. Esse apoio, multifacetado e complexo, não pode ser reduzido a uma mera adesão superficial, mas sim compreendido como o resultado de uma convergência de valores, representações e memórias que ressoaram profundamente no universo pentecostal.

A crescente participação dos pentecostais na política brasileira é um fenômeno histórico que remonta à Assembleia Constituinte de 1986, quando líderes religiosos e representantes de denominações evangélicas passaram a ocupar espaços de poder e a defender seus interesses e valores no cenário público. A criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) consolidou essa presença, transformando-se em uma força política influente no Congresso Nacional, capaz de moldar a agenda legislativa e de influenciar decisões em diversas áreas, como família, educação e costumes (Vital e Lopes, 2013).

Nesse contexto, a figura de Jair Bolsonaro emergiu como um catalisador das aspirações e anseios de muitos pentecostais, que encontraram em seu discurso e em suas propostas uma representação de seus valores e crenças. Bolsonaro se vendeu como um "outsider" da política tradicional e capitalizou o descontentamento popular com a corrupção, a violência e a crise econômica, apresentando-se como um defensor da "família tradicional", dos "bons costumes" e da "moralidade" na política (Almeida, 2020).

A representação messiânica de Bolsonaro como um "salvador da pátria", capaz de resgatar o Brasil de um suposto declínio moral e social, ressoou fortemente entre os pentecostais, que viram nele um líder capaz de defender seus valores e de promover uma agenda conservadora. A utilização de símbolos religiosos, como a defesa da Bíblia e a invocação do nome de Deus em seus discursos, contribuiu para fortalecer essa identificação e para mobilizar o apoio dos pentecostais (Oliveira, 2019).

A memória coletiva do movimento pentecostal, marcada por narrativas de perseguição, superação e fé inabalável, também desempenhou um papel importante na adesão a Bolsonaro. Muitos pentecostais viram em sua eleição uma oportunidade de fortalecer a presença e a influência de sua religião na sociedade, buscando garantir a defesa de seus valores e a promoção de sua agenda política.

No entanto, é importante ressaltar que o apoio dos pentecostais a Bolsonaro não foi unânime. Dentro do próprio movimento, existiram vozes dissonantes e críticas, que questionaram o alinhamento com um candidato que, em muitos momentos, adotou um discurso de ódio, intolerância e violência. Essas vozes, muitas vezes silenciadas ou marginalizadas, representam a diversidade e a complexidade do universo pentecostal, que não pode ser reduzido a uma única identidade ou a um único posicionamento político (Soares, 2023).

O apoio dos pentecostais a Bolsonaro em 2018 revelou a força e a influência desse grupo religioso na política brasileira, mas também evidenciou os desafios e as tensões decorrentes da crescente politização da fé. A instrumentalização da religião para fins políticos pode gerar polarização, intolerância e a erosão dos princípios democráticos, como a laicidade do Estado e o respeito à diversidade religiosa.

A análise do apoio pentecostal a Bolsonaro à luz dos conceitos de representação e memória nos permite compreender as motivações, os valores e as crenças que moldaram essa adesão, mas também nos alerta para os riscos e as armadilhas da instrumentalização política da fé. A construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática exige o respeito à diversidade religiosa, o diálogo inter-religioso e a defesa dos direitos humanos, valores que devem estar acima de qualquer projeto político ou ideológico.

3. A Participação Ativa dos Evangélicos nas Eleições Presidenciais de 2018: Uma Análise à Luz da Representação e da Memória

A participação ativa dos evangélicos, e mais especificamente dos pentecostais, nas eleições presidenciais de 2018 não pode ser compreendida sem considerar a ascensão dessa parcela da população no cenário político brasileiro. Além do apoio explícito a Jair Bolsonaro, conforme exposto na seção anterior, uma série de fatores sociais, culturais e políticos contribuiu para essa intensa mobilização, que se manifesta como um fenômeno complexo de representação e memória.

A representação política dos pentecostais tem se consolidado ao longo das últimas décadas, especialmente após a redemocratização do Brasil nos anos 1980. As igrejas pentecostais, como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, desempenharam um papel crucial na construção de uma plataforma de representação política que atendeu às demandas conservadoras de seus membros, consolidando sua presença nas esferas políticas nacional e local. De acordo com Baptista (2007), a inserção da Igreja Universal do Reino de Deus no cenário político brasileiro ilustra como os líderes religiosos transformaram suas instituições em poderosos instrumentos de pressão política, contribuindo para a consolidação de uma agenda conservadora. Essa atuação demonstra a capacidade dos pentecostais de traduzirem sua identidade religiosa em ações políticas concretas, influenciando o debate público e a formulação de políticas.

Além disso, a criação de estruturas de poder formalizado, como a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), tem servido para amplificar as demandas de grupos pentecostais. Estes, por sua vez, buscam transformar sua moral religiosa em ações legislativas, através de uma agenda conservadora que abrange desde a oposição ao aborto até a defesa de “valores tradicionais” da família (Freston, 1993). A atuação desses grupos tem sido marcada pela busca de legitimidade nas políticas públicas, utilizando tanto os púlpitos das igrejas quanto as redes sociais para mobilizar e articular votos. A FPE, como um exemplo de representação política organizada, demonstra a capacidade dos pentecostais de influenciarem o processo legislativo e de defenderem seus interesses no Congresso Nacional.

O apoio dos pentecostais a Jair Bolsonaro, em 2018, refletiu uma confluência de valores conservadores e um descontentamento generalizado com a política tradicional.

De acordo com Almeida (2020), o apoio evangélico a Bolsonaro foi um reflexo de um alinhamento ideológico, especialmente em questões sociais como a defesa da vida desde a concepção, a oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e a luta contra a "ideologia de gênero". O candidato, ao adotar uma retórica voltada para os valores familiares tradicionais e se apresentar como um opositor ao comunismo e ao progressismo, encontrou terreno fértil entre os eleitores evangélicos, que viam nele uma figura de defesa de seus princípios morais e religiosos. Essa adesão pode ser interpretada como uma busca por um líder que representasse seus valores e que pudesse protegê-los de ameaças percebidas à sua identidade e modo de vida.

A eleição de 2018 também foi marcada pelo uso massivo das redes sociais e outras plataformas digitais, onde a disseminação de notícias falsas (*fake news*) e a formação de bolhas informativas desempenharam um papel crucial na mobilização dos eleitores pentecostais. A pesquisa de Oliveira Junior e Neris (2022) destaca como as redes sociais se tornaram instrumentos essenciais para a articulação política dos pentecostais, permitindo a propagação de ideias conservadoras e a polarização das discussões eleitorais. Ao utilizarem plataformas como WhatsApp, Telegram, Facebook e Twitter, líderes evangélicos conseguiram influenciar não apenas a base religiosa, mas também outros segmentos da sociedade que compartilham de valores semelhantes. A difusão de *fake news*, impulsionada pela rapidez e alcance das redes sociais, demonstra a fragilidade do debate público e a importância de combater a desinformação para garantir eleições justas e democráticas.

A utilização de *fake news* e a criação de uma narrativa de "urgência" foram estratégias deliberadas para engajar e mobilizar eleitores. As informações frequentemente circulavam em grupos fechados, criando um senso de comunidade e pertencimento, o que favoreceu o fortalecimento da identidade política do eleitor evangélico e a consolidação de sua base de apoio a Bolsonaro. Essa estratégia de comunicação, baseada na memória de um passado idealizado e na construção de um futuro ameaçado, permitiu aos líderes pentecostais mobilizarem seus seguidores em defesa de uma agenda política específica.

Embora o apoio ao candidato Bolsonaro tenha sido expressivo entre os pentecostais, é importante ressaltar a diversidade dentro desse grupo religioso. Como mencionado por Soares (2023), nem todos os evangélicos ou pentecostais se alinharam com a candidatura do então candidato. A pesquisa de Oliveira (2019) também aponta para a heterogeneidade dentro do segmento evangélico, com vozes dissidentes e uma pluralidade de posições políticas. Essa diversidade revela que o voto evangélico não é homogêneo, e que a mobilização política das igrejas pentecostais deve ser vista dentro de um contexto mais amplo de disputas internas. As candidaturas de Marina Silva e Benedita da Silva, ambas evangélicas de origem na Assembleia de Deus, demonstram a existência de diferentes vertentes políticas dentro do campo religioso, que nem sempre se alinham com as pautas conservadoras.

Além disso, as divergências políticas entre líderes evangélicos, como evidenciado pelas candidaturas de Marina e Benedita, demonstram a complexidade e a fragmentação política no campo religioso, onde diferentes vertentes do cristianismo buscam expressar suas identidades de forma distinta, muitas vezes se afastando das pautas ultraconservadoras. Essas divergências revelam a importância de não generalizar o voto evangélico e de reconhecer a pluralidade de perspectivas dentro desse grupo religioso.

A ascensão do “voto evangélico” majoritário, especialmente entre os pentecostais, teve um impacto profundo na política brasileira, alterando a dinâmica das discussões sobre moralidade, direitos civis e a presença do Estado na vida religiosa. Segundo Baptista (2009), as eleições de 2018 não apenas reforçaram a presença política dos pentecostais, mas também trouxeram à tona a crescente influência das religiões evangélicas nas decisões políticas, destacando a forma como as igrejas utilizam suas estruturas para pressionar por mudanças legislativas. Essa mudança no cenário político pode ser vista como parte de uma tendência global, onde movimentos religiosos têm ganhado espaço e relevância nas arenas políticas, como observado em outros países com forte presença evangélica, como os Estados Unidos. A relação entre religião e política, especialmente no contexto de uma sociedade democrática e laica, continua a ser um tema central de debate, com implicações profundas para o futuro das políticas públicas no Brasil.

Ao analisarmos a participação dos pentecostais nas eleições de 2018 à luz dos conceitos de representação e memória, podemos compreender a complexidade desse fenômeno e suas implicações para a política brasileira. A representação política dos pentecostais, construída ao longo de décadas, permitiu que eles se tornassem uma força influente no cenário nacional, defendendo seus valores e interesses no debate público e no processo legislativo. A memória coletiva, por sua vez, desempenhou um papel fundamental na mobilização dos eleitores pentecostais, que encontraram em Bolsonaro um líder capaz de proteger sua identidade e modo de vida. No entanto, reiteramos, é importante reconhecer a diversidade dentro desse grupo religioso e a existência de diferentes perspectivas políticas. A ascensão do voto evangélico representa um desafio para a democracia brasileira, exigindo um debate aprofundado sobre a relação entre religião e política e a necessidade de garantir o respeito à diversidade e à laicidade do Estado.

Conclusão

As eleições presidenciais de 2018 marcaram um ponto de inflexão na complexa relação entre grupos religiosos, o cenário político e o papel das igrejas como atores políticos influentes, com destaque para a participação ativa do segmento evangélico, em especial dos pentecostais. Tradicionalmente, o catolicismo desempenhou um papel preponderante nas relações com o Estado brasileiro. Contudo, o que se observou na participação política dos pentecostais no pleito eleitoral de 2018 foi uma notável ambição pela tomada de poder – uma tentativa de reconfigurar a hegemonia católica e de ocupar um espaço central nas decisões políticas do país, não necessariamente pela força física, bélica ou numérica, mas sim através da influência moral e da promoção de uma agenda conservadora. Essa estratégia remete a padrões observados em regimes autoritários na América Latina, como a ditadura militar pós-1964, onde a moralidade e os costumes foram utilizados como instrumentos de controle social.

A análise da participação dos pentecostais nas eleições de 2018 à luz dos conceitos de representação e memória nos permite aprofundar nossa compreensão sobre as motivações e os mecanismos que impulsionaram esse fenômeno. Como vimos, a representação é um processo de construção social da realidade, onde indivíduos e grupos projetam suas identidades e visões de mundo. No caso dos pentecostais, essa

representação se manifestou na defesa de valores conservadores, na oposição ao progressismo e na busca por um líder que pudesse proteger seus interesses e crenças. Essa representação foi articulada pela campanha de Jair Bolsonaro, que soube capitalizar o descontentamento popular e apresentar a figura controversa do político extremista como um defensor da "família tradicional" e dos "bons costumes".

O moralismo, o ultraconservadorismo e a propaganda cuidadosamente elaborada manipularam a opinião pública durante décadas, criando uma nostalgia por uma memória fabricada, idealizada e ingênua de um passado onde, sob o véu da censura, as mazelas e as violências da ditadura militar eram obscurecidas. A doutrinação ideológica presente nos comerciais de margarina, que associavam a propaganda dos militares aos ideais cristãos de transformação social, contribuiu para que muitos, incluindo os pentecostais e as elites religiosas, clamassem por uma intervenção militar, enxergando no bolsonarismo a personificação de seus ideais religiosos. Essa memória coletiva, construída a partir de narrativas seletivas e distorcidas, desempenhou um papel crucial na mobilização dos eleitores pentecostais em 2018.

O pleito de 2018 revelou uma evolução notável na postura adotada pelos pentecostais, que demonstraram um engajamento cada vez mais proeminente na esfera política, objetivando a definição dos rumos políticos e legislativos do país. Isso se materializou não apenas na efetiva presença nas casas legislativas, mas também na incidência substancial exercida sobre o Supremo Tribunal Federal (STF) ou em relação a ele, notadamente nas questões cruciais envolvendo temas como o aborto e o casamento homoafetivo. Tal influência convergiu na direção de uma agenda corporativa, evidenciando uma clara tentativa de dominar e regulamentar a sociedade, processo que encontrou sua materialização na candidatura do autointitulado *outsider*, Jair Bolsonaro.

A inserção dos pentecostais na política é resultado de uma dinâmica de representação consolidada ao longo das últimas décadas. As igrejas pentecostais, como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, desempenharam um papel central na formação de uma identidade política conservadora, que encontrou expressão nas candidaturas associadas a valores morais tradicionais e à oposição ao progressismo. A criação de estruturas de poder, como a Frente Parlamentar Evangélica, reforçou essa influência, tornando-a uma força política relevante nas decisões governamentais.

A associação ao bolsonarismo refletiu essa convergência de valores, somada ao descontentamento com a política tradicional. A retórica do candidato, baseada na defesa da família tradicional, na luta contra a "ideologia de gênero" e no combate ao comunismo, encontrou ressonância entre os pentecostais, consolidando seu apoio durante a campanha. O uso massivo das redes sociais e a disseminação de *fake news* foram decisivos para engajar essa base eleitoral, criando um senso de urgência e pertencimento que facilitou a mobilização e a polarização.

Entretanto, é importante destacar que o voto pentecostal não foi homogêneo. Apesar da presença dominante de líderes religiosos conservadores no apoio a Bolsonaro, houve vozes dissidentes dentro do segmento evangélico. A senadora Eliziane Gama (PSD, Maranhão) e o deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ) demonstram que a pluralidade política existe dentro das igrejas, ainda que os setores mais ruidosos sejam os alinhados ao conservadorismo.

O impacto da ascensão evangélica na política brasileira transcende as eleições de 2018. A influência desse segmento tem moldado as discussões sobre moralidade, direitos civis e a relação entre Estado e religião, levantando questionamentos sobre os limites da laicidade do Estado brasileiro. A tendência de instrumentalização política da religião segue presente no cenário atual, e sua evolução continuará a ser um tema central para a compreensão da política nacional nos próximos anos.

Diante desse cenário, é fundamental que a sociedade brasileira esteja atenta aos desafios e às oportunidades que se apresentam. A defesa da laicidade do Estado, o respeito à diversidade religiosa e a promoção do diálogo inter-religioso são pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. A instrumentalização política da fé, a disseminação de *fake news* e a polarização do debate público representam ameaças à democracia e exigem um esforço conjunto de todos os setores da sociedade para serem combatidas. O futuro da política brasileira dependerá da nossa capacidade de construir um espaço público onde a diversidade de opiniões e crenças seja valorizada, e onde o respeito aos direitos humanos e aos princípios democráticos seja a base para a construção de um futuro melhor para todos. A tendência de instrumentalização política da religião segue presente no cenário atual, e sua evolução continuará a ser um tema central para a compreensão da política nacional nos próximos anos.

Referências

- ALMEIDA, R. Evangélicos à direita. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 26, p. 419-436, 2020.
- BAPTISTA, S. *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no congresso nacional (1999-2006)*. Tese (Doutorado). Universidade Metodista de São Paulo, 2007.
- BAPTISTA, S. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.
- BERGSON, H. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- FRESTON, P. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Campinas. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.



OLIVEIRA JUNIOR, B. A.; NERIS, W. S. Os evangélicos e a política: condicionantes e lógicas do engajamento político de lideranças pentecostais da igreja Assembleia de Deus em Imperatriz-MA. *Revista Relegens Thréskeia*, v. 11, n. 1, p. 117-140, 2022.

OLIVEIRA, D. M. As eleições presidenciais de 2018 e a participação do segmento evangélico. In: PINA, E. N.; COTRIM, I. S.; PEREIRA, L. F. S.; AMARAL, W. B. (orgs.). *Democracia, vivências políticas e os limites da liberdade*. Vitória: Antíteses, 2023, p. 388-394.

OLIVEIRA, D. M. Pentecostalismo e Política no Brasil. *Interações*, v. 14, n. 25, p. 08-12, jun. 2019.

OLIVEIRA, D. M.; TERRA, K. *Experiência e hermenêutica pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

RICOEUR, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SOARES, W. G. *Voto evangélico, estado laico e eleições presidenciais de 2018*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). Vitória: Faculdade Unida de Vitória, 2023.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Fundação Heinrich Böll, 2013.